



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 436/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10799/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Fonte Boa.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Francisco Aroldo Araújo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 072/2015 (fls.517/550).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3095/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 551/556).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização para a Cobrança Executiva. Determinações ao Atual Presidente da Câmara de Fonte Boa e à Próxima Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Fonte Boa, exercício de 2014, sob a responsabilidade do Senhor **Francisco Aroldo de Araújo Coelho**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.2- Aplicar multa** ao Senhor **Francisco Aroldo de Araújo Coelho**, responsável pela Câmara Municipal de Fonte Boa, exercício de 2014, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares, quais sejam:

**9.2.1-** Violação ao artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, uma vez que não observou o prazo para remessa do Relatório de Gestão Fiscal a esta Corte de Contas;

**9.2.2-** Inobservância do prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal, violando o disposto no artigo 48-A c/c o §2º, do art. 55 da LC 101/2000;

**9.2.3-** Ausência de apresentação de documento que comprovasse a afixação e/ou disponibilidade do Relatório de Gestão Fiscal no mural da Câmara de Fonte Boa, não comprovando o atendimento ao disposto no artigo 49, da Lei de Responsabilidade Fiscal;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 436/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.2.4-** Violação ao artigo 70, da Constituição Federal/88, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle Interno, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**9.2.5-** Inscrição em Restos a Pagar sem nenhum respaldo financeiro, violando o disposto no 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**9.2.6-** Violação aos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/6470, uma vez que não houve o controle eficiente de materiais em estoque no almoxarifado e manutenção dos registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e o levantamento geral desses bens;

**9.2.7-** Violação ao artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011, uma vez que não criou o serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas.

**9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**9.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva** no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**9.5- Determinar ao atual Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa** a adoção das seguintes medidas:

**9.5.1-** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**9.5.2-** Observe as disposições constantes nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/6470, e providencie a realização de um controle eficiente de materiais em estoque no almoxarifado e manutenção dos registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e o levantamento geral desses bens;

**9.5.3-** Crie o serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

**9.6- Determinar à próxima Comissão de Inspeção do Município de Fonte Boa**, verifique se o futuro gestor observou de forma adequada a adoção das seguintes medidas:

**9.6.1-** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**9.6.2-** Observe se foram adotadas medidas quanto à observância das disposições constantes nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/6470, e verifique se foi providenciada a realização de um controle eficiente de materiais em estoque no almoxarifado e a manutenção dos registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e o levantamento geral desses bens.

**10- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de Maio de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 436/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor e Relator presente:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral